

# Esporte, cidadinidade e política: disputas em torno dos sentidos da prática do skate de rua em São Paulo-SP<sup>1</sup>

Sport, urbanity and politics: disputes about the meanings of street skateboarding in São Paulo-SP (Brazil)

**Giancarlo Marques Carraro Machado**

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

## RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar, com base em etnografias realizadas na cidade de São Paulo entre os anos 2013 e 2016, algumas mobilizações políticas que prezam pela dimensão esportiva do skate em detrimento da cidadina para, em seguida, problematizar os impactos que elas vislumbram provocar no âmbito de sua prática realizada nas ruas. Pretende-se revelar, com efeito, como as governanças urbanas paulistanas estrategicamente reagiram frente às apropriações cidadinas que os skatistas vinham fazendo da cidade e as táticas desses perante certas normatizações que lhes eram direcionadas. Os dados foram coletados a partir da consulta a documentos institucionais (como projetos de lei), de depoimentos de agentes políticos publicados em canais virtuais de comunicação, de trechos de entrevistas realizadas com skatistas interlocutores, além de relatos pontuais de campo decorrentes da minha inserção e participação em múltiplas situações no universo do skate paulistano.

**Palavras-chave:** Skate, Cidadinidade, Esporte, Antropologia Urbana.

---

<sup>1</sup> Este artigo é derivado da tese de doutorado intitulada “A cidade dos *picos*: a prática do skate e os desafios da cidadinidade”, orientada pelo Prof. Dr. José Guilherme Magnani e defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP) no ano de 2017. A pesquisa contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo FAPESP 2012/23331-0) entre março de 2013 e fevereiro de 2016. Agradeço aos pareceristas ad hoc pelas valiosas contribuições para os desdobramentos deste artigo.

---

Recebido em 17 de outubro de 2020.  
Avaliador A: 16 de dezembro de 2020.  
Avaliador B: 19 de fevereiro de 2021.  
Aceito em 06 de abril de 2021.

---



**ABSTRACT**

The objective of this article is to present, based on ethnographies carried out in the city of São Paulo between the years 2013 and 2016, some political mobilizations that value the sportive dimension of skateboarding to the detriment of the urban dimension, and then problematize the impacts that they envision to cause within the scope of its practice carried out on the streets. It is intended to reveal, in effect, how the urban governments in São Paulo strategically reacted to the appropriations that skateboarders had been making in the city and their tactics in the face of certain norms that were directed at them. The data were collected through the consultation of institutional documents, statements by political agents published on virtual communication channels, excerpts from interviews with skateboarders, in addition to occasional field reports resulting from my insertion and participation in multiple situations in the São Paulo skateboarding universe.

**Keywords:** Skateboarding, Urbanity, Sport, Urban Anthropology.

**INTRODUÇÃO: SOBRE OS SENTIDOS DO SKATE**

O universo do skate é transpassado por sentidos ambivalentes, porém coexistentes, que oscilam entre ao menos duas dimensões possíveis: a esportiva e a cidadina. As implicações em torno de tais dimensões envolvem diversas associações, habilidades técnicas, saberes qualificados e uma vasta rede de agentes e instituições que ora negociam ora disputam certa legitimidade quanto aos seus rumos, cujos impactos se dão em vários níveis de sua prática, desde a cotidiana até a profissional.

A dimensão esportiva do skate tem sido, historicamente, alvo de demasiados investimentos, por isso é mais assimilável por políticas públicas e demandas de mercado e também mais apreciada por um grande público leigo em razão dos enquadramentos espetacularizados que são feitos de sua prática, condição que se potencializou a partir de sua recente inclusão no rol de esportes olímpicos.<sup>2</sup> Já a dimensão cidadina, por sua vez, a qual se expressa por meio de uma modalidade específica, a saber, o *skate de rua – street skate* –, constantemente é alvo de

---

2 O anúncio de sua inclusão nas Olimpíadas se deu no decorrer da edição do megaevento realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 2016, ocasião em que o Comitê Olímpico Internacional (COI), durante congresso da entidade, divulgou o programa olímpico referente aos Jogos de Tóquio 2020, posteriormente adiados para 2021 em razão da pandemia de Covid-19.

intensas querelas em razão das experiências decorrentes de sua realização.

Por se passar no cotidiano das cidades, sobretudo em espaços urbanos não planejados para a sua ocorrência, os skatistas que a praticam – os quais se reconhecem como *streeteiros* – geralmente são tratados por uma parcela da população como sujeitos indesejáveis por conta dos usos audaciosos e transgressivos que fazem de equipamentos dispostos nas paisagens urbanas. Denominados de *picos* (sendo esta uma categoria nativa), tais equipamentos (como bancos, corrimãos, hidrantes, quinas, bueiros, paredes, bordas de concreto, rampas etc.) são avaliados pelos praticantes em função de suas texturas, inclinações e asperezas, as quais, a depender de certas condições tangíveis, permitem a realização de manobras, ou seja, de técnicas corporais realizadas com um skate.

A prática do *skate de rua* exprime, assim, uma experiência rítmica e fugaz nas calçadas, um ziguezagueante flunar pelas superfícies das cidades que revela a plasticidade de corpos em interação com obstáculos dos mais variados tipos. É por meio da busca por *picos* que os skatistas fazem seus *rolês*<sup>3</sup> e se apropriam das cidades. É pela possibilidade de encontrá-los inesperadamente que eles estão a filtrar tudo aquilo que observam no cotidiano.

A inserção dos skatistas nas paisagens urbanas é, desta maneira, marcada por negociações, intervenções, disputas e conflitos que reverberam múltiplas questões que extrapolam os domínios de uma prática corporal. Se por um lado tais façanhas – busca por *picos* e *rolês* pela cidade – aprazem os praticantes, por outro elas se contrastam com os dissabores que acarretam na rotina conturbada de São Paulo, metrópole onde foi realizada a pesquisa que dá origem ao presente artigo.

O *skate de rua* é intrusivo, produz barulho, traz danos a propriedades e, não obstante, coloca em risco a integridade física de pedestres. Malgrado esses aspectos que os associam a algo transgressor, os skatistas – homens, jovens, pertencentes a classes populares e médias em sua maioria –, quando em ação também colocam em xeque eventuais ordenamentos esperados por planejadores urbanos. Nesse sentido, a sua prática está sujeita tanto a criminalizações – como já ocorrido em São Paulo, em 1988, quando o então prefeito Jânio Quadros a proibiu em todas as ruas da cidade<sup>4</sup> – quanto a regulamentações e uma série de intervenções que intentam causar

3 A noção de *rolê* revela uma circulação cidadina guiada por uma série de perspectivas. Ela é muito evidente no cotidiano juvenil paulistano, que é recorrentemente utilizada para designar formas de mobilidades características de certos universos pautados por ordens de consumo (rolezinhos em shopping Center), artísticas (grafite e pichação), musicais (funk ostentação, rap, punk etc.), dentre tantos outros. No caso do skate, os *rolês* são motivados por aquilo que chamei em uma pesquisa precedente de *olhar skatista* (MACHADO, 2014a), expressão que reverbera a percepção que os praticantes possuem dos espaços e equipamentos urbanos. É por meio desse olhar aguçado que eles enxergam “as ruas que lhes interessam” (MAGNANI, 1993).

4 Vários agentes do poder público já tentaram proibir a prática do skate em diferentes cidades do Brasil. Em

impactos nas apropriações que os seus adeptos fazem da cidade.

Ao partir dessas breves considerações, o objetivo deste artigo é apresentar, com base em etnografias realizadas na cidade de São Paulo entre os anos 2013 e 2016, algumas mobilizações políticas que prezam pela dimensão esportiva do skate em detrimento da cidadina para, em seguida, problematizar os impactos que elas vislumbram provocar no âmbito de sua prática realizada nas ruas.<sup>5</sup> A inclinação por um recorte mais institucional no início do artigo não exclui, todavia, a proeminência das ações e dos posicionamentos diversos por parte dos skatistas. Nestas circunstâncias pretendo revelar não apenas como instâncias políticas em nível municipal e estadual estrategicamente reagiram frente às apropriações cidadinas que tais sujeitos vinham fazendo da cidade, mas também as táticas destes perante certas normatizações que lhes eram direcionadas.

Os dados aqui disponibilizados foram coletados a partir da consulta a documentos institucionais (como projetos de lei), de depoimentos de agentes políticos publicados em canais virtuais de comunicação, de trechos de entrevistas realizadas com skatistas interlocutores, além de relatos pontuais de campo decorrentes da minha inserção e participação em múltiplas situações no universo do skate paulistano. A partir de um quadro teórico condizente à Antropologia Urbana e à Antropologia dos Esportes, almeja-se dar visibilidade aos agenciamentos que configuram a intrínseca relação entre a prática do skate, aparatos sociotécnicos e certas ações político-urbanísticas esperadas para São Paulo.

## EM DEFESA DE QUAL SKATE?

A gestão do prefeito Fernando Haddad (PT, 2013-2016) em São Paulo, a qual sucedeu a de Gilberto Kassab (PSD, 2009-2012), iniciou-se diante uma querela envolvendo a prática do skate em locais não planejados para a sua realização. Conforme analisado em outra publicação de minha autoria (MACHADO, 2014b), a reformulação da Praça Roosevelt, espaço público situado na região central da cidade, foi finalizada em 2012; logo, em razão de suas novas con-

---

2009, o vereador paulistano Adolfo Quintas (PSDB) formulou projeto de lei com essa mesma intenção. Para uma discussão detida sobre a proibição do skate em São Paulo, vide Machado (2017).

5 O presente artigo traz alguns avanços e desdobramentos a partir do capítulo “Manobras urbanas: sobre os enquadramentos políticos do *skate de rua*”, publicado na coletânea impressa “Esporte, lazer & desenvolvimento regional” (EdiFurb, 2019), organizada pelo historiador Leonardo Brandão. O artigo revisa e amplia as discussões outrora realizadas.

dições arquitetônicas, não tardou para que ela se tornasse o mais novo ponto de encontro e sociabilidade dos skatistas. Após a sua reinauguração, praticantes oriundos de todas as partes da cidade passaram a frequentá-la com diversas motivações, dentre elas andar de skate, produzir imagens de suas manobras, encontrar amigos, promover eventos, buscar oportunidades profissionais ou, simplesmente, ficar à toa. Devido a essa presença regular, uma série de problemas e conflitos emergiu, colocando em questão os usos que eles vinham fazendo dos equipamentos dispostos no local.

Em uma tarde do mês de janeiro de 2013, vários jovens utilizavam um banco da praça como obstáculo, tal como comumente faziam. Ao notarem que a sua madeira estava sendo usada, alguns guardas municipais tentaram cessar a prática do skate. Os skatistas pararam momentaneamente; mas, quando os guardas saíram do local, eles voltaram a utilizar o banco, como se nenhuma advertência tivesse sido proferida. Ao ver essa situação, um guarda à paisana se exaltou e resolveu tirar satisfação com alguns dos jovens. Um deles – que, inclusive, não andava de skate – questionou a forma grosseira da abordagem, gerando um clima de tensão. Em meio a esse embate, o guarda enforcou rispidamente o skatista, mas muitos outros praticantes o defenderam, tentando soltá-lo dos braços do agressor. Em decorrência disso apareceram mais guardas para intervir e, utilizando sprays de pimenta, dispersaram a aglomeração que fora formada.

Como alguns skatistas portavam filmadoras no momento, eles filmaram a ação truculenta que se estabeleceu. As imagens filmadas foram publicadas na internet no mesmo dia do ocorrido e rapidamente passaram a ser visualizadas por centenas de milhares de pessoas.<sup>6</sup> Em razão da truculência dos guardas, os envolvidos no episódio foram afastados temporariamente de suas funções, ao passo que o agressor, que estava à paisana, posteriormente foi demitido de seu emprego.

A agressão ao skatista expôs um conflito pelos usos dos espaços urbanos que cotidianamente acontece na metrópole paulistana. De um lado, guardas zelavam pelo uso oficial esperado para um banco de praça; de outro, skatistas ávidos por diversão faziam do equipamento um *pico* adequado para as suas manobras. Tal fato foi intensamente divulgado em sites, jornais e revistas, logo as apropriações da nova Praça Roosevelt, bem como os seus limites, culminaram numa polêmica que envolveu posicionamentos divergentes.

Diante os dissabores estabelecidos, diversos agentes comprometidos com as apropriações e gerenciamentos da Praça Roosevelt – moradores do entorno, associações comerciais,

---

<sup>6</sup> Ação da GCM na Praça Roosevelt contra skatistas no dia 04/01/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ePZ1bGUdXtE>.

representantes do poder público, guardas civis metropolitanos, jornalistas etc. – se envolveram em intensos debates a fim de buscar soluções que minimizassem os impactos da prática do skate.

A Prefeitura de São Paulo, representada pela Subprefeitura da Sé, posicionou-se frente às contendas e, para não meramente proibir ou legitimar a repressão à prática na Praça Roosevelt, convocou uma reunião entre os envolvidos. Após muita discussão, consensos foram firmados a fim de mitigar os problemas que lá se estabeleciam. Em razão disso, como averiguado etnograficamente, a ótica cidadina dos skatistas tornou-se minimizada pela prevalência de lógicas esportivas que prezavam por regulamentações espaciais e corporais.

Essa constatação foi desvelada por meio da estratégica mediação por parte da Confederação Brasileira de Skate (CBSk), das regras impostas pela subprefeitura e da construção de uma pista de skate numa área que, segundo vários interlocutores, não precisava de ajustes estruturais. Embora tais intenções, é importante pontuar que as regulamentações e os consensos não surtiram o efeito esperado, posto que os skatistas, em contrapartida, continuaram utilizando toda a extensão da Praça Roosevelt com base em experiências que atestavam as suas respectivas cidadinidades.<sup>7</sup>

A situação ocorrida na Praça Roosevelt também teve outros desdobramentos. Ela culminou, inclusive, em tentativas políticas de contenção da sua prática feita nas ruas. Ainda em 2013, por exemplo, poucos meses após o embate no centro metropolitano, algo que sobressaiu foram os posicionamentos de agentes ligados ao legislativo municipal e estadual com vistas à criação de duas frentes parlamentares em defesa do skate: uma com atuação na cidade de São Paulo; e a outra, por sua vez, com abrangência em todo o estado.

O vereador Eduardo Tuma (PSDB) foi responsável por aprovar no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo a “Frente Parlamentar para Defesa e Incentivo da Prática da Modalidade Esportiva de Skate na Cidade de São Paulo”. De acordo com o projeto de resolução, a frente parlamentar deveria:

[...] realizar estudos, debates, seminários, audiências públicas, conferências, palestras e outras atividades afins, com especialistas do setor e representantes de órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, entidades e organizações da sociedade civil, além de tomar providências no sentido de assegurar à população

---

7 A cidadinidade é considerada aqui como as maneiras cidadinas de “fazer-cidade” (AGIER, 2011), o que envolve processos e situações que levam em conta a criatividade, as astúcias, as táticas (CERTEAU, 2009) dos cidadãos. Para compreensão da cidadinidade skatista, é fundamental considerar duas recomendações de Agier (2011): a) deslocar o ponto de vista da cidade para os cidadãos; b) deslocar a problemática do objeto para o sujeito da questão, logo, em vez de considerar “o que é a cidade?”, atentar para “o que faz a cidade?”.

paulistana praticante da atividade seu direito ao acesso para a prática de tal modalidade, conforme disposição contida no artigo 217 da Constituição da República Federativa do Brasil. (Projeto de resolução nº 00010/2013. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PR0010-2013.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2016).

A iniciativa vislumbrava, dentre outros interesses, a execução de uma série de atividades (como seminários, simpósios, reuniões) para que fossem colocados em pauta assuntos relacionados à prática do skate em São Paulo. Para a aprovação da frente parlamentar, foi elaborada justificativa com o intuito de embasar quais seriam os princípios de sua atuação. No rol das alegações, destaco as seguintes passagens:

O crescimento econômico trouxe investidores e o mercado [especializado em skate] praticamente triplicou de tamanho. Com tais mudanças as pessoas buscaram, cada vez mais, a prática da referida atividade, *invadindo praças, parques, ruas, calçadas por toda a cidade, que ainda carece de quantidade de pistas adequadas para consecução de tal modalidade. Conforme estatui o artigo 217 da Constituição Federal é dever do Estado fomentar a prática esportiva, destinando recursos públicos necessários para que a população tenha acesso a prática de esportes, que proporcionam uma vida saudável, o que certamente contribuirá para melhoria da qualidade de vida de toda população.* (Justificativa. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/justificativa/JPR0010-2013.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2016, grifos nossos).

No excerto anterior, constam algumas características do universo do skate que foram acionadas de maneira estratégica pelo proponente da frente parlamentar. A primeira delas diz respeito ao seu mercado especializado, o qual atualmente movimenta cifras bilionárias em todo o mundo. Outra consideração mencionada realça que é a carência de locais “apropriados” que faz com que determinados espaços urbanos sejam “invadidos” pelos praticantes. É reforçado, portanto, que diante a demasiada demanda por tal “esporte” – forma como o skate é enquadrado – caberia ao Estado estimulá-lo com a promoção de condições adequadas a fim de conter a “invasão” de locais que não foram planejados para tal propósito. A justificativa ainda acentua as consequências que podem ocorrer caso este esporte, o skate, continue sendo realizado em espaços improvisados:

Ocorre que em São Paulo não há uma valorização de tal modalidade de esporte, apesar de seu crescimento, principalmente perante a população mais jovem. Faltam pistas adequadas para a prática, além de uma manutenção pontual nas existentes, fazendo com que os skatistas improvisem locais, *trazendo problemas de segurança e causando conflitos com a população, por se tratar de um esporte com manobras “arriscadas”.* (Justificativa. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/justificativa/JPR0010-2013.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2016, grifos nossos).

De modo geral, diante os eventuais conflitos, a melhoria defendida pela frente parlamentar é, destarte, a construção e a reforma de pistas de skate na cidade de São Paulo. Eduardo

Tuma, vereador responsável pela propositura, em reunião realizada na Câmara Municipal com representantes do universo do skate, declarou que se posicionaria

[...] para que a prefeitura possa delimitar, colocar regramentos que serão obedecidos por aqueles que praticam o esporte do skate. [...] A função maior é que haja um entendimento entre os dois lados. (Depoimento do vereador Eduardo Tuma ao *Jornal da Cultura*, 2ª Edição, em 21 fev. 2013).<sup>8</sup>

Já um grupo de skatistas também presente na reunião reivindicou ao político a delimitação de ruas de lazer para a prática do skate, a criação de um manual para o seu uso em espaços públicos e o levantamento de um guia em que constasse os equipamentos disponíveis na cidade, além da elaboração de diretrizes para a construção de pistas.<sup>9</sup>

Eduardo Tuma não foi o único vereador paulistano a se posicionar em prol do universo do skate durante a gestão de Haddad. George Hato (PMDB) também aproveitou os anseios de alguns agentes ligados à sua prática para propor projetos de lei com diversas finalidades. Um deles, o Projeto de Lei nº 543/2013,<sup>10</sup> dispunha sobre a obrigatoriedade de o poder público instalar câmeras de monitoramento e vigilância em pistas de skate do município de São Paulo. A justificativa da propositura evidenciava que certos locais públicos da cidade, como as pistas, em decorrência de características específicas, como facilidade de locomoção, volume de pessoas, baixa iluminação etc., são alvos de frequentes ocorrências policiais. Tratava-se, dessa forma, de uma clara tentativa de conter e vigiar possíveis transgressões causadas pelos frequentadores de tais locais, como os skatistas. O projeto de lei fora totalmente vetado pelo prefeito, com fundamento nas seguintes razões:

[...] em que pese a Justificativa apresentada pelo Autor do projeto, não se faz possível afirmar que as pistas de skate sejam perigosas sem a elaboração de um estudo ou coleta de estatísticas. Com efeito, a Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação informou não possuir registros que demonstrem que elas sejam menos seguras do que outros equipamentos esportivos. Ademais, é certo que a mera instalação das câmeras, por si só, não garantiria a segurança dos usuários das pistas. [...]. (Razões de veto. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/veto/VEPL0543-2013.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2017).

O mesmo vereador, George Hato, propôs também o Projeto de Lei nº 726/2013, o qual

8 Prefeitura de São Paulo estabelece regras para o uso da Praça Roosevelt. Disponível em: <http://www2.boxnet.com.br/pmsp/Visualizacao/RadioTv.aspx?IdClipping=22465476&IdEmpresaMesa=&TipoClipping=V&Commodities=0>. Acesso em: 29 nov. 2015.

9 Mais detalhes em: <http://www.camara.sp.gov.br/blog/galeria-de-audios/skatistas-querem-espaco-sem-prejudicar-a-populacao/>. Acesso em: 5 jan. 2016.

10 Vide: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0543-2013.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2016.



buscava estatuir sobre a inclusão do skate como atividade integrante da disciplina de Educação Física no ensino fundamental das escolas municipais. De acordo com a sua justificativa, o skate “hoje se encontra inserido no dia a dia das novas gerações, o que demonstra sua incontroversa relevância” e, para mais:

[...] o skate é um esporte de extrema relevância para toda a comunidade jovem no âmbito do Município de São Paulo e, por que não, do Brasil. Diante disso, busca-se com a presente Indicação o ensino de técnicas corretas para a prática do referido esporte com o intuito de prevenir lesões e apresentar aos praticantes os valores inerentes desse tão relevante movimento cultural. *Dessa forma almeja-se atribuir através da prática esportiva noções de cidadania atreladas ao esporte e mais diretamente ao movimento do skate*, tão presente nas diversas camadas sociais conforme afirma o próprio Poder Público. (Justificativa PL 0726/2013. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/justificativa/JPL0726-2013.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2017, grifos nossos).

Além de se responsabilizar por essa mobilização que considerava as faculdades educativas e cidadãs que poderiam ser ofertadas a partir do fomento à prática esportiva do skate aos alunos de escolas públicas, George Hato ainda formulou o Projeto de Lei nº 1/2016, que visava a instituir “a necessidade de homologação da Confederação Brasileira de Skate ou Federação Paulista de Skate nos projetos de construção e reforma de pistas de skate no Município de São Paulo”.<sup>11</sup>

A proposição fez coro a uma das defesas propostas pela frente parlamentar criada por Eduardo Tuma. Ela fora elaborada a partir de demandas colocadas pelas entidades esportivas representativas do skate – em especial a Confederação Brasileira de Skate (CBSk) e Federação Paulista de Skate (FPS) –, as quais requisitavam institucionalizar o direito de acompanhamento técnico para a construção e reforma de pistas a fim de evitar desperdícios de verbas públicas.<sup>12</sup>

Com o intuito de chamar a atenção para esta questão, a CBSk se pronunciou publicamente e fez severas críticas às administrações públicas que despendem consideráveis quantias para construir pistas de má qualidade que rapidamente se tornam obsoletas:

Todos os anos centenas de pistas de skate são construídas no Brasil e apesar da boa vontade da gestão pública, 90% delas viram monumentos ao desperdício da verba pública. Os agentes públicos, depois de gastarem centenas de milhares de reais nestas obras, ficam se perguntando o porquê ninguém as utiliza, apesar de existirem tantos

11 Mais informações em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0001-2016.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2017.

12 O projeto de lei, contudo, foi encerrado em 2 jan. 2017 em razão do término da legislatura do proponente. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0001-2016.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

skatistas na sua região e o fato da área ter sido reivindicada pelos próprios. Em geral, a resposta é simples. Boa parte das pistas de Skate não tem como ser utilizada por colocar a integridade física dos skatistas em risco, a maioria crianças e pré-adolescentes principiantes. (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE SKATE. Disponível em: <http://www.cbsk.com.br/eventos/crece-numero-de-pistas-mal-construidas>. Acesso em: 8 jan. 2016).

Diante disso, a entidade também se prontificou a oferecer serviços de consultoria técnica para impedir que possíveis benefícios em favor do universo do skate se transformassem em iniciativas equivocadas:

Todos os problemas poderiam ser resolvidos facilmente se o poder público, antes de aventurar na construção de *skate parks* (parques próprios para prática de skate), procurasse entidades deste esporte (associações de skate, federações estaduais de skate e Confederação Brasileira de Skate) para receber consultoria, seguindo suas recomendações e também elaborando um edital de licitação para participação apenas de construtoras especializadas em pistas de skate. (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE SKATE. Disponível em: <http://www.cbsk.com.br/eventos/crece-numero-de-pistas-mal-construidas>. Acesso em: 8 jan. 2016).

Em 2013, poucos meses após a aprovação da frente parlamentar em defesa do skate em âmbito municipal, uma nova iniciativa foi criada, desta vez em nível estadual, com a intenção de também “defender o skate”. A sua concepção se deu a partir da mobilização do deputado estadual Gilson de Souza (DEM), o qual a nomeou de “Frente Parlamentar em Defesa e Apoio aos Skatistas e Praticantes de Esportes Radicais”. Diversos outros deputados declararam apoio à ação, cujo objetivo seria o de propor políticas públicas para fortalecer o skate paulista e, não obstante:

[...] buscar a integração das ações públicas estaduais às da esfera federal e municipal neste mesmo sentido, sempre dialogando com a sociedade civil, e com *objetivo primordial de tirar muitos jovens das ruas, inserindo-os no contexto esportivo, com grandes possibilidades de formarmos novos atletas e jovens mais saudáveis*. (Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/57645236/dosp-legislativo-10-08-2013-pg-10>. Acesso em: 6 jan. 2016, grifos nossos).

É importante sublinhar que, conforme expresso no trecho anterior, o alvo primordial da frente parlamentar estadual seria, explicitamente, tirar os jovens das ruas e inseri-los em locais adequados a fim de transformá-los em atletas. Nesse sentido, a proposta se alicerça em supostos benefícios que podem ser adquiridos por meio do desenvolvimento do esporte, como “qualidade de vida”, “saúde” e “espírito esportivo”:

A criação desta frente não só alavancará a discussão sobre a prática de esportes radicais de nossas comunidades, mas também irá buscar meios de incrementar os benefícios

trazidos através dos exercícios proporcionados pelo esporte em si, *criando melhor qualidade de vida para os praticantes, e tirando muitos jovens das ruas*. (Disponível em: <http://www.radaroficial.com.br/d/4652089934348288>. Acesso em: 6 jan. 2016, grifos nossos).

É o que também ficou evidente em seu lançamento ocorrido na Assembleia Legislativa de São Paulo em outubro de 2013, evento que tive a oportunidade de acompanhar. Na ocasião estiveram presentes políticos e representantes de várias entidades esportivas – como as já citadas FPS e CBSk, além de outras associações com atuação municipal –, da mídia, de ONGs e do mercado especializado em produtos e pistas de skate.

O evento começou com o cerimonialista fazendo uma abordagem geral das principais marcas do skate brasileiro. Tratando-o como um esporte, ele destacou o crescimento considerável de seu número de adeptos,<sup>13</sup> a ocorrência de muitos campeonatos com ampla repercussão em todo o país, o desempenho dos atletas profissionais brasileiros e as suas respectivas conquistas em nível mundial. Em seguida, os representantes do universo do skate tiveram a oportunidade de fazer as suas considerações e reivindicações.

Kleber Silva, da Associação Francana de Skate, frisou que o esporte vem crescendo e precisa se regularizar e, para isso, seria necessário que as associações estivessem filiadas à federação estadual e à confederação brasileira para que obtivessem uma melhor assessoria. Roberto Maçaneiro, presidente da FPS, ressaltou que a expectativa seria a de que a frente parlamentar conseguisse ouvir as necessidades de cada associação. Além do mais, a federação estaria disponível para envolver em suas ações todas as associações já filiadas e também daria suporte às novas associações.

Já Ed Scander, vice-presidente da CBSk, demandou por suporte às associações locais e projetos sociais e cobrou incentivos fiscais para empresários, qualificação para skatistas profissionais, inclusão do skate em aulas de Educação Física, construção de um centro de treinamento para modalidades de alta performance, regulamentação de sua prática em parques e praças, além de uma legislação para que ele fosse utilizado como meio de transporte. O deputado estadual Gilson de Souza, por sua vez, indicou que a frente parlamentar ajudaria a disciplinar a

---

13 Todo o fomento ao universo do skate também tem implicado o considerável crescimento do número de adeptos de sua prática. O Instituto Datafolha publicou em 2016 os resultados de uma pesquisa encomendada pela CBSk a fim de medir e atualizar em números o perfil de praticantes de skate nos lares brasileiros. Conforme os dados da pesquisa, há, no país, em torno de 8,5 milhões de praticantes de skate, número bem superior ao divulgado pela mesma pesquisa quando de sua realização em 2009 (na época foram contabilizados aproximadamente 3,8 milhões de praticantes). Desse contingente 81% são do sexo masculino e 19% do feminino, ao passo que a maioria é jovem (26% até 10 anos de idade; 36% entre 11 e 15 anos de idade; e 21% de 16 a 20 anos de idade) e pertencente à classe C (47%). (Detalhes da pesquisa realizada pelo Datafolha podem ser obtidos em: <http://triboskate.ativo.com/datafolha-atualiza-para-85-milhoes-o-numero-de-skatistas-no-brasil/>. Acesso em: 12 jun. 2017)

prática do skate e a ter melhor diálogo entre o poder público e os praticantes. Os demais participantes que se pronunciaram seguiram uma linha argumentativa que enfatizava as potencialidades do skate como um meio de promoção de práticas de cidadania e de inclusão social. Muitos deles ainda criticaram a falta de espaços para a sua prática e também chamaram a atenção para a má qualidade e falta de manutenção das pistas existentes no estado de São Paulo. Em razão disso, algo que perpassou certos posicionamentos foi a reivindicação de leis que regulassem as suas construções, a exemplo do que fora proposto em nível municipal, as quais deveriam ser planejadas e executadas por empresas especializadas em parceria com as entidades esportivas competentes.

A gestão de Haddad coadunou-se a certas pretensões políticas que o legislativo, tanto municipal quanto estadual, vinha tramando para o universo do skate, por meio da criação de frentes parlamentares e projetos de lei, ao considerá-lo um esporte passível de regulamentações. A Coordenadoria de Esportes Radicais foi mantida no âmbito da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEME) para continuar estabelecendo diálogos efetivos com as entidades esportivas que lhes é representativa, como a CBSk, FPS, Associação Feminina de Skate (AFSk) e Confederação Brasileira de Esportes Radicais (CBER). As mediações tornaram-se corriqueiras, inclusive algumas reuniões contaram com a participação do prefeito, o qual reconheceu publicamente as potencialidades do skate e se mostrou simpático a sua inclusão em determinadas iniciativas promovidas por diferentes setores do poder público municipal.

Além de tantos eventos esportivos, também foram construídas novas pistas em variadas partes da cidade, estas eram de maior tamanho, qualidade e infraestrutura se comparadas às que foram inauguradas pelas gestões anteriores. Dentre as pistas e espaços concebidos aos skatistas no período de Haddad à frente da prefeitura, ao menos um merece contextualização mais detida: trata-se do Centro de Esportes Radicais.

A construção do Centro de Esportes Radicais constituiu uma das principais promessas de sua gestão não apenas ao universo do skate, mas também ao de outras práticas enquadradas genericamente sob o rótulo de *esportes radicais* (como o BMX, *parkour* e patins *inline*). A sua implementação pode ser considerada sintomática da centralidade que tais práticas adquiriram no âmbito das ações da SEME. A intenção do centro seria a de deliberadamente incentivar o aperfeiçoamento técnico dos praticantes – considerados pela secretaria supracitada como “atletas” –, tendo em vista as suas participações em competições nacionais e internacionais. É o que salientou Carlos Pretto, então coordenador de esportes radicais:

Os esportes radicais cresceram em todo o país, em especial, com os títulos conquistados por grandes atletas, e uma cidade da grandeza de São Paulo merecia um lugar adequado

para não só atender os profissionais que são da cidade – e são muitos –, mas também fomentar o surgimento de futuros campeões. (São Paulo ganhará um dos maiores centros de esportes radicais da América Latina. Disponível em: <http://capital.sp.gov.br/noticia/sao-paulo-ganhara-um-dos-maiores-centros-de>. Acesso em: 18 jan. 2017).

O Centro de Esportes Radicais, inaugurado em 2016 com a presença de Haddad, está situado na região do Bom Retiro e nas proximidades da Marginal Tietê. O custo total de sua execução foi de aproximadamente R\$ 13,4 milhões. O complexo tem 38 mil metros quadrados e conta com considerável estrutura capaz de receber milhares de visitantes todos os meses. Além de pistas projetadas para múltiplos perfis de praticantes (desde iniciantes até profissionais), o local possui arquibancadas, banheiros, bebedouros, ciclovias, pistas de caminhada, área para shows, equipamentos de ginástica para terceira idade e playground para crianças. Aos fins de semana, quando recebe maior fluxo de frequentadores, monitores contratados pela prefeitura oferecem aulas àqueles interessados em aprender as habilidades técnicas de algum dos *esportes radicais* contemplados pelo centro.

É patente, portanto, a preocupação com a segurança e com o comportamento dos frequentadores do Centro de Esportes Radicais, os quais devem seguir também as regras que lhes são impostas. São esperadas, à vista disso, algumas condutas bem destoantes daquelas que muitos deles – em especial os adeptos do *skate de rua* – estão acostumados a experimentar em outros contextos, como no cotidiano das ruas da metrópole.

A inauguração do Centro de Esportes Radicais, bem como das demais pistas públicas em São Paulo, veio a calhar num importante momento da história do skate. Conforme já evidenciado, o Comitê Olímpico Internacional (COI) anunciou em 2016 a sua inclusão nos Jogos Olímpicos que acontecerão em Tóquio, capital do Japão, em 2020, posteriormente adiados para 2021 em razão da pandemia da Covid-19.

O Centro de Esportes Radicais consolidou-se como um espaço transposto por redes normativas que vêm propiciando o investimento num certo tipo de capital corporal; tendo em vista, dentre outros aspectos, a profissionalização e as recentes possibilidades colocadas pela inclusão do skate como *esporte olímpico*. Ademais, apesar de todas as polêmicas em torno da confirmação do skate nas Olimpíadas, sobretudo pela resistência de vários skatistas a essa deliberação, muitos agentes ligados ao seu universo a apreciaram levando em consideração os ganhos financeiros e demais investimentos que viriam a reboque dessa sua nova chancela olímpica, a qual representa importante desdobramento de sua esportivização.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Sobre as polêmicas em torno do enquadramento esportivo do skate, ver Brandão (2014) e Machado (2017).-

## A CIDADINIDADE EM QUESTÃO

Conforme é evidente até aqui, o *skate de rua* não raro é considerado uma modalidade perturbadora e agressiva. Seus adeptos, pelos desafios que se propõem a travar nas cidades, muitas vezes são acusados de destruírem equipamentos, de atropelarem transeuntes nas calçadas (em especial idosos) e de constituírem ameaça ao fluir do trânsito de automóveis quando estão em circulação pelos asfaltos. As mesmas acusações não ocorrem, contudo, com praticantes de outras modalidades do skate, principalmente aquelas realizadas em pistas, os quais se concentram em espaços delimitados especialmente para a prática. Nessas circunstâncias, a fim de mediar certos conflitos ocasionados especialmente pelos impactos e dissabores do *skate de rua*, várias estratégias político-urbanísticas de educação corporal e de contenção espacial têm sido feitas em distintas cidades do mundo, como em São Paulo, com vistas a reprimir, conter ou disciplinar os comportamentos e as façanhas daqueles que utilizam as paisagens urbanas de maneiras inesperadas.

De acordo com o apresentado no último tópico, uma estratégia propagada no intuito de fornecer uma alternativa à prática nas ruas é a construção de pistas de skate para a modalidade *skate de rua*, espaços onde constam obstáculos que simulam equipamentos urbanos (na ótica de muitos skatistas interlocutores, tais pistas são como “ruas artificiais”). Elas se proliferaram na capital paulista a partir do começo deste novo século, a maioria foi construída pelo poder público municipal.

As pistas públicas muitas vezes são construídas tendo em vista um “equilíbrio de tensões” – para utilizar a perspectiva de Elias & Dunning (1992) em suas análises sobre o processo de esportivização de certas práticas<sup>15</sup> –, expressas nas chaves corporal e espacial. Entretanto, as suas existências não amenizam os conflitos que a prática do skate ocasiona em variados espaços e equipamentos da cidade. Elas apenas ampliam o leque de locais possíveis para a prática, embora não centralizem com rigor as manobras dos praticantes em seus limites.

---

15 Com base nas ideias de Elias & Dunning (1992) é possível afirmar, portanto, que o skate, desde o final dos anos 1960, sujeitou-se a um processo de esportivização, o qual fora responsável por transformar uma mera brincadeira em uma atividade esportiva e competitiva. A partir disso houve o aparecimento de muitas regras com a intenção de não só padronizar as técnicas corporais (isto é, as manobras) como também de normatizar o comportamento e as atitudes daqueles praticantes que passaram a se reconhecer como “skatistas”. Como bem observado por Brandão (2014), o processo de esportivização do skate impôs a lógica esportiva que prima pelo espetáculo, pela competitividade, pela prática em locais específicos e pela técnica fundamentada no treinamento, redimensionando para o negócio as mais diferentes formas de experiência com o corpo e com os espaços urbanos.

Desse modo, independentemente das disponibilidades e das qualidades das pistas de skate, muitos adeptos da modalidade *skate de rua* circulam por toda São Paulo com olhares demasiados astuciosos e refinados a ponto de enxergar na materialidade da cidade probabilidades surpreendentes de usos. Eles se aproveitam dos mínimos detalhes, de equipamentos triviais, daquilo que poucos notam, das sobras do urbano. É, portanto, a cidade dos *picos* que mais lhes interessa:

[A prática do street skate] é tipo começar a ler um livro, onde você vai descobrindo, vai entrando cada vez mais nele e trocando ideia com a rua, vendo que tem muita coisa que você pode fazer. Na rua tem bastante opção para você ir cada vez mais procurando outros lugares. (Trecho de entrevista com Rodrigo de Andrade, skatista amador e videomaker, grifos nossos).

A busca por *picos* por meio dos *rolês* se dá de múltiplas formas. Ela pode ser orientada pelas divulgações da mídia especializada, pelas informações compartilhadas entre os próprios skatistas em redes sociais e demais formas de sociabilidade, ou ocorrer de modo despretenso, sem se ater a certas previsibilidades.<sup>16</sup> A circulação e, conseqüentemente, a apropriação, são, portanto, imperativos para os praticantes da modalidade *skate de rua*. É por meio delas que as descobertas são fomentadas, tornando, assim, as experiências citadinas do skate um tanto dinâmicas. Nenhum *rolê* é igual ao outro: o espaço com o qual se interage, as pessoas com as quais se encontra e as situações vivenciadas serão, evidentemente, sempre diferentes.<sup>17</sup> É o que considera Filipe Maia e Marcelo Martins, ambos skatistas amadores e interlocutores da pesquisa:

Você ser skatista de rua e não circular, você não entendeu o que é ser skatista de rua. Tem que ir para outros lugares. A circulação é uma das coisas mais legais que o skate traz: é conhecer lugares e pessoas diferentes. Não fazer isto é estar preso a uma rotina. (Trecho de entrevista com Filipe Maia, skatista amador e jornalista).

Através do skate eu conheci o bairro onde nasci. É louco. E não só o bairro, mas muitos outros bairros, pessoas. Mas o que eu conheço da cidade, o skate tem grande parte de influência. Com o skate, você está num bairro, vai para outro bairro de outro camarada, daí falam que tem um *pico* e vai para outro bairro. (Trecho de entrevista com Marcelo Martins, skatista amador e educador, grifo nosso).

Os *rolês* dos quais participei durante o trabalho de campo eram variados e, por meio de

<sup>16</sup> Essa última modalidade, a qual é marcada por certa imprevisibilidade, é demasiada valorizada e, portanto, almejada por muitos skatistas. Descobrir um *pico* inesperado, conseguir utilizá-lo, acertar manobras no mesmo e, caso seja possível, ainda produzir imagens que comprovem os feitos são iniciativas muito comuns no universo do skate.

<sup>17</sup> Aqueles que ficam confinados a espaços restritos e concebidos especialmente à prática (como as pistas) são tratados jocosamente pelos demais. São chamados de *pistoleiros*.

suas ocorrências, foi possível conhecer melhor a própria metrópole. Os skatistas de São Paulo iam para Guarulhos, Mogi das Cruzes, Suzano, Poá etc., e, de igual modo, os de tais cidades também vinham para São Paulo. Praticantes da Freguesia do Ó (Zona Norte) eventualmente se dirigiam para Pinheiros (Zona Oeste), ao passo que alguns de Arthur Alvim (Zona Leste) se aventuravam a buscar *picos* no Morumbi (Zona Sul). Enfim, são incontáveis exemplos que denotam como a prática do *skate de rua* potencializa a inserção na cidade e o alargamento de redes de sociabilidades.

Klaus Bohms, skatista profissional entrevistado, deixou claro que desde que começou a andar de skate, “eu tinha na cabeça que quanto mais a gente andasse por lugares diferentes, mais a gente iria evoluir, conhecer coisa nova, seja pista ou rua. Era isso que me motivava: *o fato de sair do meu lugar*” (Grifos meus). Em razão disso, não é de modo irrisório, pois, que me deparei e acompanhei tantos *rolês* em busca de espaços e equipamentos urbanos situados muito distantes das residências dos skatistas.<sup>18</sup> O profissional Elton Melônio é morador de Cidade Tiradentes (extremo leste paulistano) e, assim como tantos outros de sua região, regularmente percorre longas distâncias por meio de transportes públicos apenas para frequentar espaços do centro metropolitano:

Tem muita gente [de Cidade Tiradentes e da Zona Leste paulistana] que sempre vem para o Centro, para vários *picos*. Quando eu venho para a Roosevelt, por exemplo, sempre encontro alguém, ou andando de skate, ou vindo do trabalho. Acho legal aqui, pois tem vários obstáculos. (Trecho de entrevista com Elton Melônio, skatista profissional, grifo nosso).

*Estar no rolê e ser da rua*, para utilizar expressões nativas, são condições que trazem reconhecimento e distinção entre os skatistas. Sendo assim, é possível considerar que as suas experiências citadinas são tão importantes quanto as suas experiências esportivas: eles desbravam sobremaneira todos os espaços possíveis e impossíveis da cidade, como parques, praças, ruas, calçadas, prédios comerciais e residenciais, estacionamentos, estabelecimentos desativados, em áreas degradadas ou enobrecidas, enfim, qualquer local que forneça mínimas condições para a realização de manobras. Os percalços encontrados se convertem em obstáculos a serem superados.

Michel de Certeau (2009, p. 170) já afirmara que “caminhar é ter falta de lugar”. Inspirado neste autor é possível aventar que, no caso do *skate de rua*, andar de skate nas ruas é ter

<sup>18</sup> Muitos skatistas que frequentam diariamente a região central da cidade, por exemplo, são provenientes de regiões periféricas ou até mesmo de cidades vizinhas, de outros estados e até de outros países.



falta de *picos*, é um processo indefinido e repleto de artimanhas, é não se deixar sucumbir pelas longas distâncias ou pelos aparatos de controle de uma cidade assolada por enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000) para fazer um *rolê* à procura de um obstáculo.

Sendo assim, a aspiração de retirá-los das ruas, de convertê-los em atletas e de confiná-los em espaços delimitados onde é necessário cumprir muitas normas precisas, sendo algumas delas morais, nem sempre detém os devires do universo do *skate de rua*. É importante ponderar que os skatistas se posicionam em prol de mais pistas na cidade e as frequentam quando lhes interessam. Como percebido no decorrer do trabalho de campo, eles não apenas as frequentavam cotidianamente, mas também reclamavam daquelas que se encontravam em más condições, eventualmente realizavam reformas nelas, faziam abaixo-assinado e buscavam toda sorte de articulações a fim de propiciar o aparecimento de outras mais.<sup>19</sup> Entretanto, como anunciado de modo corriqueiro por interlocutores da pesquisa, nem por isso abandonam suas experiências cidadinas em espaços urbanos:

Eu curto andar em lugar que não foi feito para skate. Eu até vou [às pistas]. Quando eu vou até ando, tento andar. Mas sei lá, prefiro a atmosfera da rua, coisa acontecendo sem ser skate. Acho legal isso. (Trecho de entrevista com Murilo Romão, skatista profissional).

Se me chamarem para *colar* na pista, eu *colo*. Mas não é algo que me desperta a vontade. A essência do *rolê* é outra quando eu estou na rua. Na rua você pode descobrir os *picos*, você anda onde não pode. É mais da hora. Não que eu tenha algo contra a pista. Quanto mais tiver, melhor. Mas eu prefiro andar na rua, a essência está na rua. Foi assim que tudo nasceu. A gente que é skatista vê a cidade de uma maneira diferente. (Trecho de entrevista com Caíque Rodrigues, skatista amador e publicitário, grifos nossos).

Assim sendo, como já observara Simmel (2005 [1903]) no começo do século passado, a metrópole, por meio de suas constantes transformações, está sempre criando e recriando a sensibilidade e as condições psicológicas de seus cidadãos, as quais se manifestam, no caso do skate, por meio do olhar de seus praticantes e das apropriações que fazem dos *picos* encontrados. Na qualidade de sujeitos de locomoção que não se fixam, isto é, em suas condições de cidadãos (JOSEPH, 2005), eles desafiam uma gama de espaços por meio de usos vernaculares, o que contribui, no limite, para fortificar a dimensão pública da cidade ao expandir a sua acessibilidade.<sup>20</sup>

19 Não é à toa, aliás, que diversos empresários têm investido em pistas privadas, empreendimentos estes que cresceram significativamente na capital paulista na última década. É inegável, portanto, os interesses dos skatistas por tais espaços destinados à prática, embora não se limitem a elas.

20 A cidadinidade que permeia a prática do skate de rua, embora combatida, também vem sendo incorporada

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, tive a oportunidade de reconstituir como agentes e instâncias políticas, em nível Executivo e Legislativo, enquadraram estrategicamente a prática do *skate de rua* realizada em São Paulo nos últimos anos. Por meio de uma breve retomada das principais mobilizações políticas, foi possível constatar um rol de posicionamentos diversos. Cabe recordar iniciativas, como projetos de lei e instituição de frentes parlamentares, que foram implementadas com a intenção de ofuscar certos sentidos que permeiam a prática do skate, como a valorização dos usos das ruas, e de dar visibilidade a alguns aspectos mais desejáveis de seu universo, como a dimensão esportiva que lhe é inerente.

Ao podar algumas das vozes que permeiam o skate, determinadas ações instituídas pelos poderes públicos parecem enaltecer certas representações consideradas mais legítimas para a sua prática a fim de tentar modular como os skatistas se inserem na cidade e a maneira como interagem com ela. Trata-se, com efeito, de uma proposta civilizatória por vias esportivas, uma forma de adestrá-los espacial, corporal e moralmente – resguardando relativa proximidade com o almejado por determinadas iniciativas que ocorrem no âmbito de outras práticas esportivas, como futebol (DAMO, 2007; SPAGGIARI, 2009, 2015), boxe (WACQUANT, 2002), vela (ROJO, 2016) etc. –, o que não exclui, todavia, um embate latente entre os princípios institucionais que se anseia implementar e as experiências subversivas que emanam da sociabilidade de skatistas que preferem as ruas e seus respectivos equipamentos, conforme já tive a oportunidade de demonstrar também em outras ocasiões.

É possível constatar, portanto, que alguns dos propósitos que se prostram em “defesa do skate” – como aqueles elaborados pelas frentes parlamentares em nível municipal e estadual – são estratégias que projetam arrefecer os seus sentidos citadinos com ações voltadas à disciplinarização de seus praticantes por meio do estabelecimento de regras, incentivo à competitividade e delimitação de espaços para a prática.<sup>21</sup> O esporte, não raro considerado em sua

---

por recentes pretensões políticas e urbanísticas. Nessas circunstâncias, ao mesmo tempo em que os skatistas se apropriam da cidade, as governanças urbanas, através de alguns agentes específicos, vêm tentando se apropriar de suas experiências urbanas de acordo com seus próprios interesses e planejamentos. A cidadania promovida pelo skate de rua tem se convertido, com efeito, em algo que se coaduna a uma espetacularização da cidade e ao controle de suas paisagens. Um exemplo de sua incorporação por vias institucionais pode ser vista pela cartilha “Espaços skatáveis: orientação para a adequação de espaços públicos abertos à prática de esportes urbanos” (2016), a qual fora concebida pela Secretaria de Urbanismo e Licenciamento de São Paulo.

21 Ao partir dos pressupostos de Elias e Dunning (1992) sobre as condições que permeiam o processo de

forma reificada pelas políticas públicas, tem se tornado, conseqüentemente, um “modelo para ação”, ou seja, segundo Geertz (1989), algo que orienta demasiados discursos e práticas, dentre as quais destaco aquelas que se propõem a combater eventuais vulnerabilidades sociais a que os jovens, em especial, estão sujeitos na cidade.

Conforme percebido pelo historiador Leonardo Brandão (2014, p. 19), se “houve uma série de agentes que buscou conduzir o skate para o campo rentável, organizado e politicamente correto do esporte (inclusive associando o skatista à figura do atleta e/ou do campeão)”, também existiu, por conseguinte, “um conjunto de outras ações, práticas e discursos que levaram (e ainda levam) muitos skatistas a não se reconhecerem neste ponto de atração que se tornou o esporte na contemporaneidade”.

Esse não reconhecimento – o qual é, diga-se de passagem, situacional, posto que os skatistas agenciam os vários sentidos do skate – é sintomático de uma cidadinidade propagada entre pares que considera a vivência de experiências urbanas (*rolês*, busca por *picos*, sociabilidades, conflitos, subversão dos usos dos espaços, exercício da alteridade etc.) como uma virtude a ser seguida. Nesse sentido, concordo com o autor quando pondera que classificar o skate apenas como um esporte sem uma reflexão apurada, é negar a existência “de outras formas de concepção dessa atividade, das tensões sociais que seu uso no espaço urbano gerou, dos processos de estigmatização e das muitas lutas que existiram em seu interior” (BRANDÃO, 2014, p. 204).

Por fim, é importante considerar, para além dos desígnios mencionados, que muitas das estratégias institucionais que vêm engendrando certos sentidos do skate conforme suas próprias rubricas e supostas boas intenções também podem ser entendidas como tentativa de regulação dos usos dos espaços urbanos por meio de uma constante tentativa de esportivização da cidadinidade. Ou, grosso modo, trata-se de estratégia para converter *skatistas de rua* em *skatistas de pistas*. Isso recoloca, portanto, novas desigualdades em São Paulo: se por um lado certas políticas para skate podem ampliar o direito ao esporte, por outro, elas limitam o direito à cidade. Muitos skatistas interlocutores da pesquisa, ao contrário, clamam pelo direito ao esporte e reconhecem seus benefícios,<sup>22</sup> mas de igual modo também reivindicam o direito à cidade, o direito de se apropriarem de todas as suas partes, inclusive de terem acesso às suas centralidades em vez de se verem apenas dispersos ou confinados em seus respectivos bairros.

---

esportivização de certas práticas, pode-se aventar que tais medidas implicam a concomitante promoção de excitações regradas e equilíbrio das tensões decorrentes da realização da prática do skate nas ruas. Há, com efeito, estratégias que visam certa positivação dos usos dos espaços, do tempo e dos corpos.

22 Benefícios como obtenção de locais específicos para treinamentos, investimentos em competições e patrocínios, além de demais possibilidades profissionais.

## REFERÊNCIAS

1. AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
2. AGIER, Michel. **L'invention de la ville**. Paris: Ed. des Archives Contemporaines, 1999.
3. BRANDÃO, Leonardo. **Para além do esporte**: uma história do skate no Brasil. Blumenau: Edifurb, 2014.
4. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/EdUSP, 2000.
5. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 16. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.
6. CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE SKATE. Cresce o número de pistas mal construídas. **Confederação Brasileira de Skate**, 14 dez. 2015. Disponível em: <http://www.cbsk.com.br/eventos/cresce-numero-de-pistas-mal-construidas>. Acesso em: 08 jan. 2016.
7. DAMO, Arlei. **Do dom à profissão**: a formação de futebolistas no Brasil e na França. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed / ANPOCS, 2007.
8. ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
9. GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
10. JOSEPH, Isaac. A respeito do bom uso da Escola de Chicago. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.). **A Escola de Chicago**: impacto de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte, MG / Rio de Janeiro: Ed. UFMG/IUPERJ, p. 93-128, 2005 [1998].
11. MAGNANI, José Guilherme Cantor. A rua e a evolução da sociabilidade. **Cadernos de História de São Paulo**, v. 2, 1993.
12. MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. **De “carrinho” pela cidade**: a prática do skate em São Paulo. São Paulo: Editora Intermeios/FAPESP, 2014a.
13. MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. Praça Roosevelt: sociabilidade e conflito em um *pedaço* skatista da cidade de São Paulo. **Perifèria. Revista d'investigació i formació en Antropologia**, v. 19, p. 82-107, 2014b.
14. MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. **A cidade dos picos**: a prática do skate e os desafios da cidadania. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

15. MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. Manobras urbanas: sobre os enquadramentos políticos do skate de rua. In: BRANDÃO, Leonardo (org.). **Esporte, lazer e desenvolvimento regional**. Blumenau: Edifurb, 2019, p. 103-119.
16. PERESTRELO, Ericka. Skatistas querem espaço sem prejudicar a população. **Câmara Municipal de São Paulo – Notícias**, 21 fev. 2013. Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/blog/galeria-de-audios/skatistas-querem-espaco-sem-prejudicar-a-populacao/>. Acesso em: 5 jan. 2016.
17. PREFEITURA DE SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo estabelece regras para o uso da Praça Roosevelt. **Portal da Prefeitura de São Paulo**, 21 fev. 2013. Disponível em: <http://www2.boxnet.com.br/pmsp/Visualizacao/RadioTv.aspx?IdClipping=22465476&IdEmpresaMesa=&TipoClipping=V&Commodities=0>. Acesso em: 29 nov. 2015.
18. PREFEITURA DE SÃO PAULO. São Paulo ganhará um dos maiores centros de esportes radicais da América Latina. **Portal da Prefeitura de São Paulo**, 22 fev. 2016. Disponível em: <http://capital.sp.gov.br/noticia/sao-paulo-ganhara-um-dos-maiores-centros-de>. Acesso em: 18 jan. 2017.
19. ROJO, Luiz Fernando. A vela como um espaço de construção e transmissão de valores. In: MACHADO, Giancarlo; SPAGGIARI, Enrico; GIGLIO, Sérgio. **Entre jogos e copas: reflexões de uma década esportiva**. [S.l.]: Intermeios/FAPESP, 2016.
20. SÃO PAULO (cidade). **Espaços skatáveis**: orientação para a adequação de espaços públicos abertos à prática de esportes urbanos. São Paulo: [s.n.], 2016. Disponível em: <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/Cartilha-espacos-skataveis.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2017.
21. SÃO PAULO (cidade). **Justificativa PL 0726/2013**. São Paulo: [s.n.], 2013a. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/justificativa/JPL0726-2013.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2017.
22. SÃO PAULO (cidade). **Justificativa PR 0010/2013**. São Paulo: [s.n.], 2013b. Disponível em <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/justificativa/JPR0010-2013.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2016.
23. SÃO PAULO (cidade). **Ofício AD nº 01/2013**. Criação da frente parlamentar em defesa e apoio aos skatistas e praticantes de esportes radicais. São Paulo: [s.n.], 2013c. Disponível em: <http://www.radaroficial.com.br/d/4652089934348288>. Acesso em: 6 jan. 2016.
24. SÃO PAULO (cidade). **Projeto de Lei 01-00001/2016 do Vereador George Hato (PMDB)**. Institui a necessidade de homologação da Confederação Brasileira de Skate ou Federação Paulista de Skate nos projetos de construção e reforma de pistas de skate no município de São Paulo.. São Paulo: [s.n.], 2016. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0001-2016.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2017.
25. SÃO PAULO (cidade). **Projeto de Lei 01-00543/2013 do Vereador George Hato**

- (PMDB). São Paulo: [s.n.], 2013d. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0543-2013.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2016.
26. SÃO PAULO (cidade). **Projeto de Resolução 03-00010/2013 do vereador Eduardo Tuma (PSDB)**. Dispõe sobre a criação da frente parlamentar para defesa e incentivo da prática da modalidade esportiva de skate na cidade de São Paulo. São Paulo: [s.n.], 2013e. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PR0010-2013.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2016.
27. SÃO PAULO (cidade). **Razões de Veto Projeto de Lei nº 543/13**. São Paulo: [s.n.], 2013f. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/veto/VEPL0543-2013.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2017.
28. SÃO PAULO (estado). Frente Parlamentar em Defesa e Apoio aos Skatistas e Praticantes de Esportes Radicais – Termo de Adesão. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 10 ago. 2013. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/57645236/dosp-legislativo-10-08-2013-pg-10>. Acesso em: 6 jan. 2016.
29. SIMMEL, Georg. “As grandes cidades e a vida do espírito”. **Revista Mana**, v. 11, n. 2, pp. 577-591, 2005 [1903].
30. SPAGGIARI, Enrico. **Família joga bola: constituição de jovens futebolistas na várzea paulistana**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
31. SPAGGIARI, Enrico. **Tem que ter categoria: construção do saber futebolístico**. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
32. TRIBO SKATE. Datafolha atualiza para 8,5 milhões o número de skatistas no Brasil. **Tribo Skate**, 20 abr. 2016. Disponível em: <http://triboskate.ativo.com/datafolha-atualiza-para-85-milhoes-o-numero-de-skatistas-no-brasil/>. Acesso em: 12 jun. 2017.
33. WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

*Giancarlo Marques Carraro Machado*

Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Professor adjunto vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros. Doutor e mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, instituição onde também realizou estágio pós-doutoral. Pesquisador do Núcleo de Antropologia Urbana. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7404-9737>. E-mail: [giancarlo.machado@unimontes.br](mailto:giancarlo.machado@unimontes.br)